

Revista Brasileira de Estudos Políticos

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

A RBEP é editada semestralmente sob os auspícios do Conselho Universitário da UFMG, conforme decisão do Plenário de 29 de fevereiro de 1956, Faculdade de Direito da UFMG e Fundação Valle Ferreira.

A RBEP está registrada no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Belo Horizonte sob nº 132, Livro B-1, fl. 21, a 9 de outubro de 1956.

Registrada no Departamento Nacional de Propriedade Industrial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio sob o nº 224.170.

Articles appearing in this journal are abstracted and indexed in HISTORICAL ABSTRACTS and/or AMERICA : HISTORY AND LIFE; and in HISPANIC AMERICAN PERIODICALS INDEX.

This journal is currently listed in Ulrich's Periodicals Directory, RVBI, Latindex, CLASE, Crossref, HeinOnline, Electronic Journals Library - EZB, WorldCat, Information Matrix for the Analysis of Journals - MIAR, IBZ Online, Blook e International Bibliography of Social Sciences.

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP) – 1956.

– Belo Horizonte.

ISSN: 0034-7191

Periodicidade: semestral

1. Ciência política – Periódicos – Faculdade de Direito da UFMG

CDU - 32

CDU - 320

EDITORA CHEFE: *Prof^ª. Dr^ª. Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva*

EDITORA DE PUBLICAÇÕES: *Cassandra Campos*

ASSISTENTE EDITORIAL: *Bianca Sartori e Ytalo Andrade*

EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: *Júnior Sena*

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS

Av. João Pinheiro, 100 - 12º andar, sala 1206 - Centro

30.130-180 - Belo Horizonte / MG - Brasil

Telefax: (31) 3409-8641

rbep@direito.ufmg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE DIREITO DA UFMG

Revista Brasileira de Estudos Políticos

ORLANDO MAGALHÃES CARVALHO (1910-1998)
Fundador, *in memoriam*

PROF^A. DR^A. SANDRA REGINA GOULART ALMEIDA
Reitora da UFMG

PROF. DR. ALESSANDRO FERNANDES MOREIRA
Vice-Reitor da UFMG

PROF. DR. HERMES VILCHEZ GUERRERO
Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. MÔNICA SETTE LOPES
Vice-Diretor da Faculdade de Direito da UFMG

PROF^A. DR^A. CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E SILVA
Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos

CORPO EDITORIAL

Prof. Dr. Carlos Francisco Molina Del Pozo (Universidad de Alcalá)
Prof. Dr. Jean Christophe Merle (Universidade de Saarbrücken)
Prof. Dr. Jorge Miranda (Universidade de Lisboa)
Prof. Dr. José Pedro de Matos Paiva (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Juan Antonio García Amado (Universidad de León)
Prof. Dr. Klaus Günther (Universidade Frankfurt)
Prof. Dr. Manuel Atienza (Universidade de Alicante)
Prof. Dr. Michel Rosenfeld (Benjamin N. Cardozo School of Law)
Prof. Dr. Newton Bignotto (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Otfried Höffe (Universidade de Tübingen)
Prof. Dr. Raffaele di Giorgi (Universidade de Lecce)
Prof. Dr. Sacha Calmon Navarro Coelho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Tércio Sampaio Ferraz Júnior (Universidade de São Paulo)
Prof. Dr. Ulrich K. Preuss (Universidade Livre de Berlim)

Revista Brasileira de Estudos Políticos

(Fundada em 1956)

Belo Horizonte | n. 118 | pp. 1 - 580 | jan./jun. 2019

CONSELHO CIENTÍFICO

Prof. Dra. Aida Kemelmajer de Carlucci (Universidad de Mendoza)
Prof. Dr. Alexandre Ferreira de Assumpção Alves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Alexandre Franco de Sá (Universidade de Coimbra)
Prof. Dr. Alexandre Pimenta Batista Pereira (Universidade Federal de Viçosa)
Prof. Dr. Antal Visegrády (Universidade de Pécs, Hungria)
Prof. Dr. Antonio Giménez Merino (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. Arnaldo Bastos Santos (Universidade Federal de Goiás)
Prof. Dr. Arno Dal Ri Júnior (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Bruno Amaro Lacerda (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Carlos Eduardo de Abreu Boucault (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Carlos Miguel Herrera (Universidade de Cergy-Pontoise)
Prof. Dr. Daniel Nascimento (Universidade Federal Fluminense)
Prof. Dr. Delamar José Volpato Dutra (Universidade Federal de Santa Catarina)
Prof. Dr. Geraldo Ribeiro de Sá (Universidade Federal de Juiz de Fora)
Prof. Dr. Gonçal Mayor Solsona (Universidade de Barcelona)
Prof. Dr. José Antonio Moreno Molina (Universidad de Castilla-La Mancha)
Prof. Dr. Jose Luiz Borges Horta (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Lyslei Nascimento (Universidade Federal de Minas Gerais)
Prof. Dr. Marcello Di Filippo (Università di Pisa)
Prof. Dr. Marco Antônio Casanova (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Noel Struchiner (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Prof. Dr. Nuno Manuel Morgadinho dos Santos Coelho (Universidade de São Paulo)
Prof. Dra. Salete Oro Boff (Universidade de Santa Cruz do Sul)
Prof. Dra. Soraya Regina Gasparetto Lunardi (Universidade Estadual Paulista)
Prof. Dr. Roberto Bueno Pinto (Universidade Federal de Uberlândia)

Sumário

<i>Editorial</i>	9
Combatendo a sonegação fiscal mediante uma progressividade efetiva	
André Felipe Canuto Coelho	
José André Wanderley Dantas de Oliveira.....	13
Hermes Lima e a construção de um pensamento jurídico brasileiro	
Gabriel Heller	
Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy	53
Aspectos jurídicos, políticos e técnicos sobre sistemas eletrônicos de votação e a urna eletrônica brasileira	
Augusto Tavares Rosa Marcacini	
Irineu Francisco Barreto Junior.....	97
O povo na democracia como sujeito político jurídico da Constituição de 88: centralidade dos direitos e garantias fundamentais na relegitimação do poder do Estado no Brasil	
Eduardo Almendra Martins	
Newton de Menezes Albuquerque	151
Kant e a liberdade geral de ação	
Kiel Fiete Kalscheuer.....	191
Il sistema della prevenzione della corruzione in italia	
Filippo Colapinto.....	207
A Constituição Castilhistas de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano	
Francisco Rogério Madeira Pinto	245
O controle das decisões do Presidente da República em relação aos princípios constitucionais das relações internacionais	
Guilherme Camargo Massaú	293

A hermenêutica do desenvolvimento nacional à luz do Estado Democrático de Direito

Guilherme Sandoval Góes
Cleyson de Moraes Mello 321

Cooperativo, transnacional e regulador: o esquema de integração como um (novo) paradigma para a teoria do Estado

Luciane Klein Vieira
Maria Cândida Simon Azevedo 365

Media e diritto: circolo virtuoso o vizioso?

Maristella Amisano 403

Equidade, justiça distributiva e a repartição dos royalties do pré-sal: uma releitura de J. Rawls

Natércia Sampaio Siqueira
Eduardo Daniel Lazarte Moron 439

A proteção internacional dos direitos político-eleitorais: o caso Lopez Mendoza vs Venezuela e a inconveniência da alínea “G” da Lei de Inelegibilidades

Sandro Alex de Souza Simões
Pedro Henrique Costa de Oliveira 465

Para uma crítica do constitucionalismo social: fragmentos weimarianos

Thiago Lemos Possas 511

Normas para os colaboradores 587

Summary

<i>Editorial</i>	9
How to fight tax evasion: real progressivity André Felipe Canuto Coelho José André Wanderley Dantas de Oliveira.....	13
Hermes Lima and the framing of a brazilian legal thought Gabriel Heller Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy	53
Legal, political and technical considerations on electronic voting systems and the brazilian voting machine Augusto Tavares Rosa Marcacini Irineu Francisco Barreto Junior.....	97
The people in democracy as a legal political subject of the Constitution of 88: centrality of fundamental rights and guarantees in the relegitimation of the power of the State in Brazil Eduardo Almendra Martins Newton de Menezes Albuquerque	151
Kant and the general freedom of action Kiel Fiete Kalscheuer	191
Il sistema della prevenzione della corruzione in italia Filippo Colapinto	207
The “castilhista” Constitution of 1891 and the foundation of republican authoritarian constitutionalism Francisco Rogério Madeira Pinto	245
The control of the President’s decisions in relation to constitutional principles of international relations Guilherme Camargo Massaú	293

The hermeneutics of national development according to the Democratic State

Guilherme Sandoval Góes
Cleyson de Moraes Mello 321

Cooperative, transnational and regulator: the integration scheme as a (new) paradigm for the state theory

Luciane Klein Vieira
Maria Cândida Simon Azevedo 365

Media and law: vicious or virtuous circle?

Maristella Amisano 403

Fairness, distributive justice and the apportionment of the pre-salt royalties: a new analysis from Rawls' theory

Natércia Sampaio Siqueira
Eduardo Daniel Lazarte Moron 439

Protecting international political-electoral rights: the case Lopez Mendoza vs Venezuela and the inconventionality of item "G" of the Ineligibility Law

Sandro Alex de Souza Simões
Pedro Henrique Costa de Oliveira 465

For a critique of social constitutionalism: weimarian fragments

Thiago Lemos Possas 511

Directives for contributions 587

Editorial

O ano de 2019 iniciou-se com abalos na tríade político-econômico-legal brasileira, sem embargo dos debates sobre democracia, direitos humanos, corrupção e o papel do Estado, que também ocupam pensadores de várias partes do mundo.

O cenário é marcado por questionamentos e incertezas, que ecoam de diferentes campos e campi. A RBEP, comprometida com a divulgação da pesquisa e promoção do conhecimento, oferece sua 118ª edição, com a qual espera contribuir para o debate de temas relevantes. Professores brasileiros, das mais diversas partes do mundo, e Professores estrangeiros discutem questões que oscilam entre mecanismos de prevenção à corrupção, ferramentas tecnológicas empregadas no processo eleitoral, atuação estatal na esfera tributária, democracia e os espaços deliberativos, entre outros.

Os Professores Doutores André Felipe Canuto Coelho e José André Wanderley Dantas de Oliveira abrem esta edição com o artigo “How to fight tax evasion: real progressivity”. Seria a sonegação fiscal diminuída se a progressividade fiscal não fosse efetiva? Esta a questão discutida pelos autores, que analisam os possíveis efeitos da tributação progressiva para a moralidade tributária e a sonegação fiscal.

A contribuição de Hermes Lima para o pensamento jurídico nacional é o assunto do artigo “Hermes Lima e a construção de um pensamento jurídico brasileiro” do Professor Doutor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy e o Mestre Gabriel Heller.

Em sequência, os Professores Doutores Augusto Tavares Rosa Marcacini e Irineu Francisco Barreto Junior discutem a segurança e a transparência dos sistemas eletrônicos de votação em “Aspectos jurídicos, políticos e técnicos sobre sistemas eletrônicos de votação e a urna eletrônica brasileira”. O texto problematiza a opção brasileira relativa à urna eletrônica fazendo inclusive paralelos com a experiência internacional. A discussão importa diante das evidentes repercussões do processo eleitoral para efetivação da democracia. Cientes da importância desta inclusão, os Professores Doutores Eduardo Almendra Martins e Newton de Menezes Albuquerque apresentam uma leitura sobre os espaços públicos deliberativos, no texto “O povo na democracia como sujeito político jurídico da Constituição de 88”.

Esta edição conta ainda com a valiosa contribuição do Professor Fiete Kalscheuer, que recupera a teoria kantiana e analisa o que conduz Kant a acreditar que a liberdade geral de ação deve ser protegida. Somam-se outras contribuições estrangeiras, como a do Professor Doutor Filippo Colapinto que apresenta criticamente o sistema de prevenção da corrupção na Itália, modelo particular que aposta na atuação de uma autoridade independente responsável por diversas atividades, vocacionadas a cooperar na redução de fenômenos corruptivos.

Em “A Constituição Castilhistas de 1891 e a fundação do constitucionalismo autoritário republicano”, o Professor Doutor Francisco Rogério Madeira Pinto busca identificar uma das matrizes do discurso jurídico autoritário brasileiro no contexto da Primeira República, tema sempre atual, diante da trajetória brasileira e dos movimentos autoritários identificados ainda hoje. A fim de analisar o meio juridicamente apto para atacar ato do Chefe de Estado, realizado no exercício da representação do Estado brasileiro em órgão in-

ternacional, o Professor Doutor Guilherme Camargo Massau apresenta o artigo “O controle das decisões do Presidente da República em relação aos princípios constitucionais das relações internacionais”.

Os Professores Doutores Guilherme Sandoval Góes e Cleyson de Moraes Mello, por sua vez, propõem uma leitura da Constituição de 1988 sobre a extensão da proteção dos direitos humanos advinda dos sistemas nacional e global em “A Hermenêutica do Desenvolvimento Nacional à Luz do Estado Democrático de Direito”.

De que forma os esquemas de integração podem ser vistos como um novo paradigma de Estado, substituindo o antigo projeto por um novo de cooperação transnacional? Este é o problema que perpassa as análises das Professoras Luciane Klein Vieira e Maria Cândida Simon Azevedo sobre o Direito da Integração como possível sucessor do projeto tradicional de Estado, tendo em vista o surgimento de um novo paradigma político, cooperativo, transnacional e regulador.

Logo após, a Professora italiana Maristella Amisano investiga a relação entre mídia e lei. A autora avalia se os meios de comunicação contribuem para identificar os interesses considerados dignos de proteção e, assim, influenciar a política legislativa. A autora descreve as distorções do processo de midiaticização e sua influência no sistema de justiça criminal.

A Professora Doutora Natércia Sampaio Siqueira e o Mestre Eduardo Daniel Lazarte Moron retomam a exploração de petróleo no Pré-sal, valendo-se da teoria da justiça de John Rawls para abordar quanto ao debate judicial sobre as regras de distribuição dos royalties e participações especiais relacionados a tal exploração. Posteriormente, Sandro Alex de Souza Simões e Pedro Henrique Costa de Oliveira são os autores do artigo que, a partir da teoria do controle

jurisdicional de convencionalidade, examinam as alterações provocadas pela popularmente conhecida Lei da Ficha Limpa, cuja compatibilidade constitucional foi declarada pelo Supremo Tribunal Federal.

Para concluir, o Professor Doutor Thiago Lemos Posas problematiza os limites e as possibilidades ínsitos ao constitucionalismo social, resgatando, para tanto, algumas discussões travadas por juristas da República Weimar. Seu estudo leva em consideração um mosaico de ricas teorias do Estado, da Política e da Constituição que servem à crítica ao constitucionalismo social e ao apontamento das possibilidades nele inscritas .

A Revista agora é dos seus leitores. Os textos que a compõem devem impulsionar novas reflexões. O que se oferece são pontos de interrogação.

Professora Doutora Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva
Diretora da Revista Brasileira de Estudos Políticos